

E S T A T U T O S

D A

COMUNIDADE DOS REFUGIADOS DE T I M O R



24.º Cartório Notarial de Lisboa

Largo Trindade Coelho, n.º 6 - 2.º esq.

LISBOA

NOTÁRIO

LIC. MARIA DE LURDES PINTO DAMÁSIO

O Signatário, Ajudante do Vigésimo Quarto Cartório Notarial de Lisboa

CERTIFICA:

PRIMEIRO: Que a fotocópia apensa a esta certidão, está conforme o original.

que é uma escritura

SEGUNDO: Que foi extraída neste Cartório de folhas doze a vinte
do livro número TRÊS - B do "Escrituras Diversas" deste
Cartório;

TERCEIRO: Que ocupa doze folhas, as quais têm aposto o selo branco
deste Cartório; e estão todas elas numeradas e por ele, ajudante, rubricadas.

Lisboa, doze de julho de mil novecentos e oitenta
e um

O Ajudante,

[Handwritten signature]

CONTA:	
Art. 18.º, n.º 1 . . .	100\$00
• 24.º, n.º 1 . . .	210\$00
Selo de acto . . .	26\$50
Selo de Papel . . .	5-
Art. 32.º, n.º 1 . . .	5-
TOTAL . . .	341\$50
São <u>trezentos e quarenta e um</u>	
Conferida . . .	
Conta Reg. sob o N.º <u>25.514</u>	

11/12/19

~~11~~

CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

No dia catorze de Julho de mil novecentos e oitenta e oito, no Vigésimo Quarto Cartório Notarial de Lisboa, perante o Dr. Augusto Ferreira Pauleta, Primeiro Ajudante, em placeo de funções por a respectiva notária ter faltado no serviço, compareceram como outorgantes:

— Primeiro - Manuel Álvaro da Cruz, casado, natural de Timor, residente na Quinta do Balteiro, em Linda-a-Velha;

Segundo - Manuel do Rosário dos Mártires, casado, natural de Dili, Timor, residente na Rua 5 de Outubro, nº.4, 1.º andar, direito, na Amadora.

Terceiro - Dr. Moisés da Costa Amaral, casado, natural de Timor, residente na Rua H lote 3 Bloco A rés-do-chão direito, em Massamá-Queluz;

Quarto - Gelásio Joaquim da Silva, solteiro, natural de Bracara, Timor, residente no Largo Dr. Regala, 1.º andar, Campo Maior.

Quinto - Cândido dos Reis Noronha, casado, natural de Timor, residente na Rua D lote 215 rés-do-chão direito, em Mira Sintra, Cacém.

Sexto - Maria Ilda Martins Noronha, casada, natural de Dili, Timor, residente na Rua D Lote 215 rés-do-chão direito, em Mira Sintra, Cacém.

Sétimo - Dr. Vicente da Silva Guterres, solteiro, natural de Timor, residente na Quinta do Balteiro, em Linda-a-Velha.

31

lha; _____

— Cito - Apolinário Maria Aparício Guterres, solteiro, maior, natural de Baucau, Timor, residente na Quinta do Balteiro, em Linda-a-Velha. —

— Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus Bilhetes de Identidade, respectivamente números: 7517373 de 24 de Setembro de 1976; 1205551 de 14 de Março de 1977; - 7274991 de 14 de Maio de 1981; 6469540 de 15 de Maio de 1979; 7468538 de 17 de Agosto de 1976; 7468540 de 17 de Agosto de 1976; 8679886 de 19 de Dezembro de 1979, e 7823318 de 1 de Julho de 1977, todos do Arquivo de Lisboa. —

— E, por eles foi dito: _____

— Que, entre si constituem uma Associação, a qual se irá reger pelos estatutos constantes do documento elaborado nos termos do número dois do artigo setenta e oito do Código do Notariado, que ficará fazendo parte integrante desta escritura e que aqui se dá como reproduzido. —

— Assim o disseram e outorgaram. —

— Esta escritura foi lida e explicado o seu conteúdo, em voz alta, na presença simultânea de todos os intervenientes, tendo estes dispensado a leitura do referido documento complementar, por declararem conhecer perfeitamente o seu conteúdo.

Assinai: "Timor, Ais-do-Blã, 6469540, estatutos, assinai: "L. Pitav, 7823318"

20

Manuel Placido da Cruz

completo de 100

Visto e por Manuel

placido Placido da Cruz

Maria Rosa de Jesus Ximenes

Vicente de São Geronimo

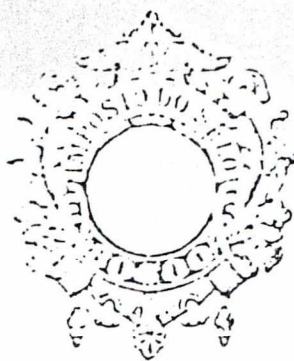
100 de 100 de 100 de 100

O apudante, em evidência,

de 100 de 100

Nota refutada por o 2547

Nos termos da Lei n.º
e do n.º do documento
n.º de Lisboa desta
cível ou estiver nas
suas margens.



Handwritten signatures and initials, including 'S. de A. Silva' and 'C. de A. Silva'.

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

ARTIGO 1.º

A associação denomina-se COMUNIDADE DOS REFUGIADOS DE TIMOR, abreviadamente designada por CRT.

ARTIGO 2.º

A associação terá a sua sede, provisoriamente, na Rua H Bloco M Lote três, rés-do-chão direito, em Massamá/^{Queluz} concelho de Sintra, distrito de Lisboa.

ARTIGO 3.º

A associação criará, por deliberação do Conselho Directivo, as delegações que este entenda necessárias, junto dos núcleos de timorenses, em qualquer país em que se encontrem.

ARTIGO 4.º

1. A Comunidade dos Refugiados de Timor possui âmbito internacional e tem por objectivo promover a convivência, união e fraternidade de todos os timorenses, apoiar e sua integração sócio-económica nos países onde se encontrem refugiados e preservar a identidade cultural do povo de Timor.

2. Constituem fins da associação:

a) Fugnar pela defesa dos interesses e direitos dos seus associados, em particular no tocante à sua qualidade

Handwritten signature or mark

de timorenses ou à sua situação de refugiados; _____

_____ b) Apoiar e incentivar o estudo, a divulgação e a defesa
_____ da história e cultura do povo de Timor; _____

_____ c) Representar os seus associados, junto de quaisquer en-
_____ tidades, públicas ou privadas, ou organizações nacio-
_____ nais ou internacionais. _____

_____ d) Estabelecer a colaboração que entenda útil e adequada
_____ à consecução dos seus fins, com organizações congêne-
_____ res nacionais ou estrangeiras; _____

_____ e) Todos os demais reputados relevantes, designadamente ,
_____ os atinentes à promoção de iniciativas de ordem recrea-
_____ tiva, social e cultural, com vista a uma maior solida-
_____ riedade e aproximação entre os timorenses, à divulga-
_____ ção dos seus usos e costumes ou à angariação de fundos
_____ e ainda à criação de postos de trabalho, nomeadamente,
_____ mediante a criação de lares, creches, escolas, clíni-
_____ cas ou meios de comunicação social. _____

3. A Assembleia Geral poderá, em qualquer altura, deliberar
a inclusão nos fins da Comunidade, de outros que sirvam os seus
interesses específicos. _____

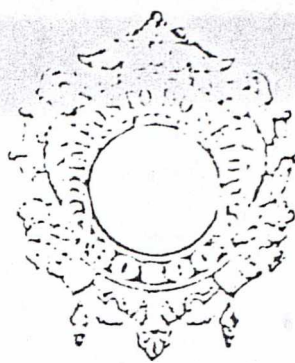
_____ CAPÍTULO II _____

_____ ASSOCIADOS _____

_____ ARTIGO 5º _____

_____ 1. Admissão dos associados todos os naturais de Timor que ho-

Nos termos da Lei n.º 10
e permitido aumentar o
número de linhas deste
papel ou escrever nas
suas margens.



João Vaz
António
2018

1/1/1918
2.-

jam atingido a maioria.

— 2. Os familiares ou todos os naturais de Timor que façam parte do agregado familiar dos associados definidos no número anterior beneficiarão da protecção da Comunidade nos mesmos termos daqueles.

3. A Assembleia Geral poderá, ainda, estabelecer outras categorias de associados e as condições da sua admissão, designadamente, as de associados fundadores, honorários e beneméritos.

4. Excepcionalmente poderá ser atribuída a qualidade de associado a título póstumo a todos os que em vida se hajam distinguido em prol do povo de Timor.

ARTIGO 6º

1. A qualidade de associado adquire-se por simples inscrição, em face de prova de qualidade de timorense.

2. A referida prova poderá ser feita por via documental ou na inexistência desta, por declaração da Comissão de Verificação de Estatuto, a qual funcionará na dependência da Assembleia Geral.

3. Consideram-se timorenses, para os efeitos da sua inscrição na Comunidade dos Refugiados de Timor, todos aqueles que tenham nascido naquele território sob administração portuguesa ou nele fossem, ao tempo, residentes e, bem assim, os seus descendentes.

4. A deliberação acerca da inscrição cabe ao Conselho Directivo, sob proposta da Comissão de Verificação de Estatuto, quando for caso disso, mas daquela deliberação podem os interessados

71

recorrer para a Assembleia Geral, que deliberará por maioria simples.

5. No caso de divergência entre a Comissão e o Conselho Directivo, o candidato a associado em definitivo considera-se no pleno gozo dos seus direitos como tal, até à reunião da Assembleia Geral que delibere sobre a proposta.

CAPÍTULO III

ÓRGÃOS SOCIAIS

ARTIGO 7º

1. A Comunidade dos Refugiados de Timor dispõe de órgãos centrais e de órgãos regionais.

2. Os órgãos regionais serão criados, por deliberação da Assembleia Geral, nos diversos países ou a nível de comunidades de timorenses em qualquer país, para a normal prossecução dos fins da associação.

ARTIGO 8º

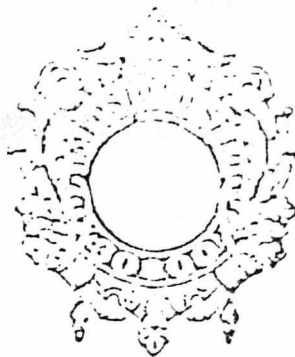
São órgãos centrais da Comunidade, constituindo os seus corpos gerentes:

- a) A Assembleia Geral;
- b) O Conselho Directivo;
- c) O Conselho Fiscal;
- d) A Comissão de Verificação de Estatuto.

ARTIGO 9º

1. O mandato dos corpos gerentes é de três anos, podendo os

Nas folhas da folha
é permitido aumentar o
número de linhas desta
página ou escrever nas
suas margens.



Handwritten notes and signatures:
3.º
3.-

seus membros ser reeleitos.

2. Os membros dos corpos gerentes podem, em qualquer altura,
/em Assembleia Geral
ser substituídos, se assim for deliberado/por cinquenta e um
por cento dos associados presentes.

ARTIGO 10º

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados
no pleno gozo dos seus direitos.

2. Sem prejuízo do âmbito da associação, tal como se define
nos presentes estatutos, a Assembleia Geral só poderá reunir com
a presença de, pelo menos, metade dos associados com direito a
voto, com residência actual em território português.

3. A convocação deverá ser feita por avisos dirigidos aos as-
sociados, devendo igualmente ser expedidas comunicações convoca-
tórias às comunidades de timorenses nos países em que estas se
encontrem organizadas e sejam conhecidas.

4. Os avisos e as comunicações referidos no número anterior
deverão ser expedidos com a antecedência mínima de trinta dias.

ARTIGO 11º

1. A Assembleia Geral reúne, ordinariamente, uma vez por ano,
até 31 de março, para eleição dos corpos gerentes e aprovação
das contas.

2. A Assembleia Geral reúne ainda, extraordinariamente, a pe-
dido de qualquer dos demais órgãos ou de qualquer das comunida-
des existentes no estrangeiro que, para esse efeito, envie repre-
sentantes credenciados à reunião ou, ainda, por proposta de, pe-

lo menos, com associados com residência em território português.

ARTIGO 12º

Mediante proposta do Conselho Directivo ou da Comissão de Verificação de Estatuto, a Assembleia Geral poderá elaborar regulamentos, tendo em vista, nomeadamente, as seguintes matérias:

- a) Natureza, aquisição e perda de qualidade de associado, seus direitos e deveres, dignidade e estatuto pessoal;
- b) Estabelecimento de receitas e despesas, sua criação e afectação, princípios orçamentais, dotações e finalidades específicas, bem como elaboração de inventário de bens pertencente à Comunidade;
- c) Estatuto disciplinar e criação e actualização do ficheiro dos associados, a nível nacional e internacional.

ARTIGO 13º

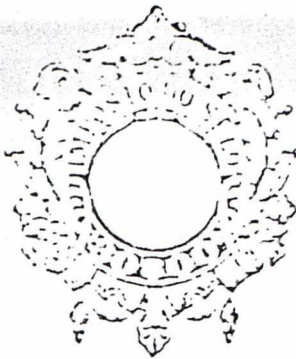
1. A mesa da Assembleia Geral compõe-se de um presidente, um vice-presidente, dois secretários e um vogal.
2. Ao presidente compete dirigir os trabalhos e manter a ordem; os secretários elaboram os actes e asseguram o expediente e arquivo dos documentos.
3. Faltando o presidente, este será substituído pelo vice-presidente; e na falta dos dois, substituí-los-á um dos secretários ou um associado escolhido pela Assembleia Geral.

ARTIGO 14º

São atribuições da Assembleia Geral:

1. Eleger por escrutínio secreto a sua própria mesa, o Conse-

Os termos da Lei não
permitem aumentar o
número de linhas deste
papel ou estender nas
suas margens.



Handwritten signatures and initials:
- Top right: *14*
- Middle right: *11 Cruz*
- Below *11 Cruz*: *11 Cruz*
- Below *11 Cruz*: *11 Cruz*
- Bottom right: *4.-*

lho Directivo, o Conselho Fiscal e a Comissão de Verificação de Estatuto e conferir posse aos seus membros; _____

2ª Discutir e votar anualmente o relatório e contas do Conselho Directivo e o parecer do Conselho Fiscal; _____

3ª Deliberar sobre todos os assuntos que lhe forem apresentados pelos demais órgãos da associação e pelos associados, nos termos dos presentes estatutos; _____

4ª Deliberar sobre todas as matérias cuja competência lhe é atribuída nestes estatutos e sobre as demais que não sejam da competência de outros órgãos da associação; _____

5ª Rever e alterar os presentes estatutos; _____

6ª Deliberar sobre a extinção da Comunidade dos Refugiados de Timor. _____

ARTIGO 15º

1. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria/absoluta /dos associados presentes /ria/de votos/ salvo nos casos em que nestes estatutos de outra forma se determine, ou na lei. _____

2. Não podem votar os associados que tiverem em atraso as suas seis últimas quotas ou as suas prestações. _____

ARTIGO 16º

1. O Conselho Directivo é constituído por sete membros, sendo um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e três vogais. _____

2. O Conselho Directivo terá as reuniões que forem necessárias ao bom desempenho da sua gerência, tomando as decisões por

111
maioria de votos. O presidente tem voto próprio e voto de qual-
dade e será substituído, na sua falta, pelo vice-presidente.

ARTIGO 17º

1. Compete, em geral, ao Conselho Directivo: _____

a) Representar, dirigir e administrar a Comunidade dos Re-
fugiados de Timor; _____

b) Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos órgãos so-
ciais; _____

c) Elaborar o relatório e contas da gerência. _____

2. Cabe, em especial, ao Conselho Directivo promover e levar
a cabo todas as acções necessárias ao cabal cumprimento dos fins
da associação. _____

3. O Conselho Directivo, sempre que possível, dará a tempo
conhecimento aos associados de todas as questões que se afigurem
seis relevantes. _____

ARTIGO 18º

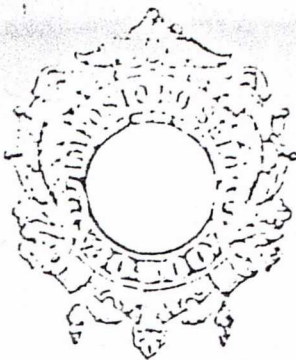
1. A associação obriga-se pela assinatura de três dos mem-
bros do Conselho Directivo, sendo uma a do presidente e outra a
do tesoureiro. _____

2. Qualquer dos membros do Conselho Directivo poderá delegar
noutro os seus poderes e a associação poderá constituir mandatá-
rios, através de competente procuração. _____

ARTIGO 19º

O Conselho Directivo manterá actualizado o ficheiro de todos
os timorenses onde quer que^{se} encontram, de harmonia com as infor-

Nos termos da Lei não
é permitido aumentar o
número de linhas deste
livro ou escrever nas
suas margens.



14
Sede da Associação

Attestado
[Signature]

[Signature]

15.-

ações de que dispuser e do que promoverá constante actualização.

ARTIGO 20º

O Conselho Fiscal é constituído por três membros, sendo um presidente e dois relatores.

ARTIGO 21º

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar as contas da associação;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas anuais.

ARTIGO 22º

A Comissão de Verificação de Estatuto é composta por cinco membros eleitos pelo Conselho Geral.

ARTIGO 23º

Compete à Comissão de Verificação de Estatuto usar de todos os meios, para apreciar e deliberar, nos termos estatutários, sobre a legitimidade da qualidade de timorenses, dos associados ou pretendentes à inscrição, podendo sempre submeter à Assembleia Geral quaisquer questões sobre estas matérias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 24º

1. Qualquer alteração dos presentes estatutos deverá ser deliberada em Assembleia Geral, por maioria de três quartos dos votos.

2. As propostas de alteração poderão ser subscritas pelos

11/11
Órgãos sociais ou por um mínimo de cem associados.

ARTIGO 25º

Os primeiros corpos gerentes da associação deverão ser eleitos em Assembleia Geral a convocar nos trinta dias posteriores à sua constituição.

ARTIGO 26º

Os membros dos corpos gerentes da associação poderão possuir qualquer nacionalidade, mas os presidentes da Assembleia Geral, do Conselho Directivo, do Conselho Fiscal e da Comissão de Verificação de Estatuto terão obrigatoriamente de possuir a nacionalidade portuguesa.

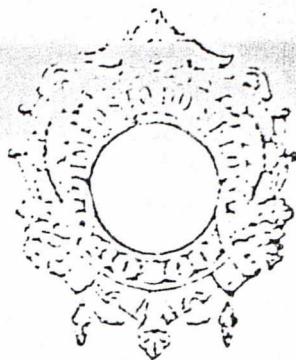
ARTIGO 27º

As questões relativas a conflitos de leis ou de jurisdição, suscitadas pelo confronto entre a lei portuguesa e as normas internas de outros países, serão apreciadas pela Comissão de Verificação de Estatuto, que proporá à Assembleia Geral a sua solução, sem prejuízo da competência dos tribunais em matéria de direito internacional.

ARTIGO 28º

1. A dissolução da Comunidade dos Refugiados de Timor será deliberada por maioria de três quartos dos votos ^{/dos associados presentes} em reunião da Assembleia Geral, expressamente convocada para esse fim, na qual deverão estar presentes representantes de, pelo menos, metade das comunidades de timorenses no estrangeiro, salvo se, até à terceira convocatória, estes não comparecerem.

Nos termos do livro
é permitido aumentar o
número de linhas desta
papel ou escrever nas
suas margens.



14

6.-

2. Sendo deliberada a dissolução, os bens da Comunidade dos Refugiados de Timor reverterão a favor da Liga dos Amigos de Timor ou de outras instituições de fins humanitários ou culturais ligados a Timor e aos seus interesses.

ARTIGO 29º

Em tudo o que for omissão, vigoram as disposições da lei geral portuguesa.

Foi entrelinhada a partícula (se) a linhas vinte e cinco da folha quatro verso.

Racurei" três, rés-do-phar áxiato, em Jacarandá, das associações presentes; Tutulintkei" Quêuz, em Assembleia geral absoluta, das associações presentes, das associações presentes".

Manuel Alvaro da Cruz

Moris de Cruz

Gilberto Joaquim da Silva

Yarin Ede de Matheus Noronha

Thiago de Silva Gutierrez

Abelino da Silva

O ajudante, em exercício,

Manuel